



# EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EFETIVIDADE DE MANEJO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Raquel Ferreira Simiqueli <sup>1</sup>

Vicente Paulo dos Santos Pinto <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora. MSc. em Ecologia, tutora do curso de especialização “Gestão do meio ambiente: educação, direito e análise ambiental”. E - mail: raquelsimiqueli@gmail.com <sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, Dr. em Geografia, professor no Programa de Mestrado em Ecologia (PGECOL). Coordenador do Grupo de Educação Ambiental da UFJF.

## INTRODUÇÃO

O Acordo de Durban, em 2003, derivado do V Congresso Mundial de Parques, fundamenta segundo Bensusan (2006) o compromisso da conservação da biodiversidade em dois pilares: as áreas protegidas e as populações humanas. O acordo também prevê algumas linhas de ação, dentre elas o aumento da efetividade de manejo das áreas protegidas.

A efetividade de conservação de áreas naturais protegidas deve - se ao estabelecimento de diretrizes e ações eficazes no monitoramento de atividades turísticas, ou seja, conjunto de técnicas e atividades de manutenção e garantia de conservação dos recursos naturais, biodiversidade e atrativos turísticos, contando com o mínimo impacto do visitante. Segundo Pavese *et al.*, (2007), o V Congresso Mundial de Unidades de Conservação, realizado em 2003, contou com um fórum para discussões sobre a efetividade de manejo das unidades de conservação. No ano seguinte, durante o encontro da Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (CBD COP - 7), adotou - se um Programa de Trabalho em Unidades de Conservação (PWPA). O objetivo do PWPA é estabelecer e manter “sistemas nacionais e regionais de áreas protegidas abrangentes, manejados de forma eficaz e ecologicamente representativos”, inclui o compromisso de avaliar a efetividade de manejo das unidades de conservação, atingindo a meta até 2010.

Neste sentido, pesquisas têm visado investigar a efetividade de manejo das unidades de conservação e as ações realizadas para atender ao seu objetivo primordial: a conservação.

## OBJETIVOS

O objetivo central da pesquisa foi diagnosticar a situação do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIB), principalmente quanto ao manejo da biodiversidade e ao manejo da visitação, apontado algumas diretrizes para o monitoramento de impactos e para a educação ambiental.

Dentre os objetivos secundários listam - se: verificar como ocorre o monitoramento das atividades turísticas no parque, investigar a principal medida estratégica de conservação, averiguar propostas de educação ambiental, obter uma avaliação do parque segundo a opinião dos visitantes, além de apontar alternativas e métodos como norteadores para o manejo.

## MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa surge de uma investigação dos dados encontrados na literatura, de modo a embasar a análise do Parque Estadual do Ibitipoca, Minas Gerais - Brasil, quanto à sua efetividade de manejo frente às iniciativas de Educação Ambiental e manejo de mínimo impacto. A metodologia aplicada no ano de 2007, fase de pesquisas de campo durante o mestrado, teve duas abordagens, uma qualitativa e a outra quantitativa, através de entrevista com o gestor e aplicação de questionários com os turistas, respectivamente. O questionário “avaliação do parque pelo visitante” utilizado foi sugerido por Pires (2004), a única modificação foi o acréscimo de um espaço para observações e sugestões.

## RESULTADOS

Mesquita (2002) apresenta o que alguns autores mencionam sobre manejo e sobre efetividade de manejo. O manejo de uma área protegida é definido por Cifuentes como “o conjunto de ações que resultam em um melhor aproveitamento e permanência de uma área protegida, permitindo que os objetivos para os quais foi estabelecida se cumpram”. Já a efetividade de manejo, conforme menciona Izurieta, é “o conjunto de características, ações, atitudes, capacidades e competências particulares que permitam a uma área protegida cumprir satisfatoriamente a função e os objetivos para os quais foi criada”.

Conforme dados apontados por Pavese *et al.*, 2007) a porcentagem de áreas brasileiras já avaliadas, com relação à efetividade de manejo, atinge 80,5% entre as categorias de proteção integral. No total já foram avaliadas 273 unidades de conservação, através da aplicação de sete diferentes metodologias (RAPPAM, Brazil 1999, Tracking Tool, Parks Profiles, PIP Site Consolidation, Padovan 2002 e Scenery matrix). Quanto ao número de UC avaliadas por região e categoria, a região sudeste destaca - se na categoria parque estadual, como a mais avaliada até o momento.

O Parque Estadual do Ibitipoca, segundo Lima *et al.*, 2005), foi um dentre os avaliados na categoria proteção integral e localizados no Estado de Minas Gerais, utilizando - se a metodologia Scenery matrix. Os parâmetros para avaliação da efetividade de manejo foram demarcação, desapropriação, infra - estrutura, recursos humanos, recursos financeiros, parcerias, plano de manejo, relação com o entorno, programas de proteção e fiscalização, controle de incêndios e pesquisa. Dentre os critérios de análise, o parque obteve uma pontuação que o colocou na classificação “efetividade medianamente satisfatória”. Dos vinte e seis parques avaliados, o único que recebeu “efetividade satisfatória” foi o Parque Estadual do Rio Doce.

Os resultados obtidos pelo presente trabalho, através do questionário, possibilitaram apontar quatro itens que exigem correções estruturais e de procedimentos. Segundos os visitantes, o conceito regular foi atribuído às atividades recreativas e/ou esportiva, aos recursos educacionais e/ou culturais, ao esclarecimento de normas e procedimentos e à divulgação do parque. Através destes dados, o gestor do PEIB, juntamente com a equipe de funcionários, devem orientar ações de manejo capazes de verificar necessidades, possibilidades e implementação de um planejamento, para fins de avaliar o conceito atribuído a cada um destes quesitos. Se a divulgação do parque for, por exemplo, comprometer a capacidade de carga da unidade, nesse caso o conceito regular está adequado para cumprir os objetivos do parque. No caso das atividades recreativas e/ou esportivas, deve - se avaliar, de acordo com o zoneamento, a possibilidade de incremento destas.

Os recursos educacionais e/ou culturais também foram avaliados como regular. Diante desta avaliação, constata - se a necessidade do PEIB de criar propostas mais amplas de educação ambiental. O parque possui um Centro de Visitantes, mas parece que somente ele não supre essa necessidade do visitante. Uma alternativa poderá ser a implantação de trilhas interpretativas, palestras e atividades mais interativas, de sensibilização e formação de opinião a respeito da importância do PEIB e sua biodiversidade. Essa necessidade torna - se ainda mais marcante quanto o visitante aponta a necessidade de esclarecimentos de normas e procedimentos, percebe - se que o PEIB tem se dedicado pouco à orientação do visitante, dos usos e restrições. Ressalta - se que, este questionário foi entregue aos visitantes que passaram pelo centro de informações, neste sentido, torna - se fundamentalmente necessário a capacitação de mais funcionários destinados à função de informar o visitante.

O único quesito que obteve conceito máximo foi a paisagem, apontando para um dos atrativos mais procurados, a

beleza cênica. Conforme destacam Biondi & Leal (2002), a paisagem é um componente relevante em unidades de conservação, principalmente quando sua dinâmica está vinculada a atitudes oriundas da administração local e do comportamento de seus visitantes.

Com relação à entrevista, a partir de sua análise foi possível elaborar um quadro sobre o perfil do parque. Os assuntos foram agrupados de acordo com o objetivo e tema do roteiro. Dentro de cada assunto foram apontados os itens mais relevantes, capazes de resumir as principais diretrizes do PEIB. Diante dos resultados, resumidamente a gestão do parque pode ser vista como uma administração e manejo de conflitos entre as necessidades humanas pelo turismo e as capacidades de suporte do ambiente natural.

## CONCLUSÃO

A avaliação do parque pelos visitantes revela a imagem que a unidade tem para o público e a entrevista aponta capacidades e falhas na gestão. Neste sentido, estas informações colaboraram no manejo do parque, pois indicam potenciais necessidades de intervenções ou não. A aplicação destes questionários e entrevista, portanto, deve ser contínua e obter resultados anuais e fontes para um efetivo planejamento ambiental.

Para ressaltar a importância da Educação Ambiental no processo da efetividade de ações de manejo e como um dos objetivos das unidades de conservação é promover a educação e interpretação ambiental (lei nº 9985/00, artigo 4), as práticas de manejo da visitação visando a conservação da biodiversidade devem incluir, em seu planejamento, atividades educativas e interpretativas, tanto em centro de visitantes, como por meio de atividades lúdicas, interativas, coletivas e dinâmicas capazes de sensibilizar o visitante, diante da importância de uma área protegida. Uma das alternativas é implantar um sistema de trilhas interpretativas.

## REFERÊNCIAS

- Bensusan, N. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- Biondi, D. & Leal, C. T. Análise da capacidade paisagística do Parque Estadual de Vila Velha, PR. In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Fortaleza, 2002.
- BRASIL-Governo Federal. Lei nº 9985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC. 18 de julho de 2000.
- Mesquita, C. A. B. Efetividade de manejo de áreas Protegidas: Quatro Estudos de caso em Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Brasil. In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais, vol.1. Fortaleza: Rede Nacional Pró - Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.
- Pavese, H. B.; Leverington, F.; Hockings, M. Estudo global da efetividade de manejo de unidades de conservação: a perspectiva brasileira. Rev. Natureza & Conservação, v. 5, n. 1, 2007.

Lima, G. S.; Ribeiro, G. A.; Gonçalves, W. Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. R. Árvore, Viçosa - MG, v.29, n.4, 2005.

Pires, F. Modelo de avaliação para parques nacionais:

uma abordagem para atividades turísticas. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, 2004.